



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

3.19. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitíssimas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

CLÁUSULA QUARTA: DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

4 - O CONTRATANTE obriga-se:

4.1 promover, por intermédio de servidor designado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

4.2 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos nas cláusulas Quarta e Quinta do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR CONTRATUAL

O valor global do presente Contrato é de R\$ 116.908,56 (cento e dezesseis mil, novecentos e oito reais), incluindo todos os custos relacionados com salários, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, impostos sobre serviços de qualquer natureza, contribuição para o financiamento de segurança, contribuição para o programa de integração social, impostos, taxas e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. O valor mensal do presente Contrato é de R\$ R\$ 9.742,38 (nove mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

O pagamento do valor estabelecido na Cláusula anterior será efetuado pelo **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias contado da data do recebimento da Nota Fiscal / Fatura, em conta corrente e agência bancária indicadas pela Contratada, atestada pelo setor competente a fiel execução dos serviços naquela referidos, ao tempo em que deverá juntar Certidão Negativa da Receita Federal, as RF's bem como GR's do FGTS referente a cada competência em que foi efetuado o pagamento dos salários dos seus funcionários e, ainda, a comprovação do desconto e recolhimento das contribuições sociais relativas aos seus empregados e a ela própria;

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedado o parcelamento do preço para fins de antecipação do pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

7. Na hipótese de prorrogação da duração do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, admitir-se-á reajuste de preços, de **PERIODICIDADE ANUAL**, que será calculado para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices estipulados para o serviço, na forma estabelecida pela Resolução/TSE nº 19.820, de 11 de março de 1997, publicada no Diário da Justiça em 08 de abril de 1997, obedecendo-se a seguinte fórmula:

7.1 sobre o valor relativo à mão-de-obra mais os respectivos encargos sociais (**MONTANTE A**), far-se-á incidir o índice pactuado para a correção da mão-de-obra da região e, sobre a parcela relativa aos demais itens (**MONTANTE B**), o índice pactuado de evolução de Custos do Setor, conforme abaixo:

$$R = \left(1 + \frac{T}{100} \right) \left[\left[\frac{I_1 - I_{1,0}}{I_{1,0}} \right] A + \left[\frac{I_2 - I_{2,0}}{I_{2,0}} \right] B \right]$$

7.2 na eventual alteração, pelo Governo, da taxa de encargos sociais, o reajuste será assim calculado:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

$$R = \left(1 + \frac{T}{100}\right) \left[\frac{I_1 - I_{10}}{I_{10}} V_0 + \frac{I_1 \times E_1 - I_{10} \times E_{10}}{I_{10}} V_0 + \frac{I_2 - I_{20}}{I_{20}} B \right]$$

para as tabelas acima aplicam-se as seguintes definições:

R = valor do reajustamento procurado.

I_{1,0} = o índice de mão-de-obra de limpeza, assio e conservação - IMOL vigente na região à época da apresentação da proposta, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

I₁ = o índice de mão-de-obra de limpeza, assio e conservação - IMOL vigente na região, referente ao mês anterior àquele em que deva ocorrer o reajuste, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

I_{2,0} = o índice de evolução de custos do setor de limpeza, assio e conservação - ILAC, referente à época da apresentação da proposta, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

I₂ = o índice de evolução de custos do setor de limpeza assio e conservação - ILAC, referente ao mês anterior àquele em que deva ocorrer o reajuste, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

A = o valor do montante A, calculado a preços iniciais.

B = o valor do montante B, calculado a preços iniciais.

T = taxa de administração, valor percentual.

V₀ = valor correspondente à remuneração, sem encargos sociais, calculado a preços iniciais.

OS ÍNDICES DA ÉPOCA - IMOL

ILAC

FGV

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

E 1,0 = taxa de encargos sociais legais e obrigatórios à época do reajustamento.

E 1 = taxa de encargos sociais legais e obrigatórios à época do reajustamento.

7.3 Caso o índice **IMOL** não seja calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, admitir-se-á como índice o salário normativo da categoria homologado pelo órgão competente (sentença normativa, acordo homologado em dissídio coletivo ou cópia autenticada de acordo ou convenção coletiva), até a publicação do referido índice.

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente Contrato correrão à conta do Elemento de Despesa nº 34.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Programa de Trabalho nº 02.007.0021.4900.0001 - Manutenção de Serviços de Administração em Geral, comprometida pela Nota de Empenho nº 98NE00075, de 02 de março de 1.998, no valor de R\$ 97.099,05 (noventa e sete mil, noventa e nove reais e cinco centavos). O valor ora empenhado cobrirá até 31 de dezembro deste exercício, e, para os exercícios seguintes, será emitida nota de empenho à conta das dotações orçamentárias previstas para despesa da mesma natureza.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

A incidência da **CONTRATADA** nas hipóteses previstas nos arts. 77, 78 e 86 da lei 8.666/93, sujeita-la-á às seguintes penalidades, mediante publicação no Diário Oficial da União:

a) multa de mora de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, por atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da Administração;

b) pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- advertência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor da contratada perante, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Nenhum pagamento será feito a contratada, que tenha sido multada, antes de pagar ou relevada a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA: - DA RESCISÃO

10. - A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejara, ainda, a sua rescisão, determinada por ato unilateral e escrito do Contratante com as consequências previstas na Cláusula anterior e sem que assista à Contratada o direito a qualquer indenização.

10.1 - Dar-se-á, ainda, a rescisão contratual, nas hipóteses cabíveis do art. 78 e consoante as formas previstas no art. 79 da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60(sessenta) meses.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO SUPORTE LEGAL

Este Contrato é firmado consoante termo autorizativo às fls 1.539, e na forma do art 22, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993, e de acordo com o Processo nº 752/97, CIs XVI, de 29 de agosto de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA : DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária Federal da Capital do Estado de Alagoas, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA : DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no DOU, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos e as eventuais dúvidas deverão ser resolvidos entre as partes, e serão objeto de aditivo ao presente Contrato, quando couber.

Os serviços objeto deste CONTRATO, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25%, do seu valor inicial atualizado de conformidade com o art. 65, § 1º da lei nº. 8666/93.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em três cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo:

Maceió, 02 de março de 1998.

Pelo TRE/AL

[Assinatura manuscrita]

Pela Empresa

[Assinatura manuscrita]

TESTEMUNHAS:

[Assinatura manuscrita]
[Assinatura manuscrita]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

CONTRATO de prestação de serviços de conservação e limpeza que entre si celebraram a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS** e a firma **NB SERVIÇOS GERAIS LTDA.**

Pelo presente instrumento de contrato que entre si, celebraram, de um lado, a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**, situado na Praça Visconde de Sinimbu, na cidade de Maceió, Alagoas, inscrito no CGC/MF sob nº 00509018/0002-02, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Geraldo Tenório Silveira, brasileiro, casado, magistrado, portador da carteira de identidade nº 65.659 SSP/AL, inscrito no CPF(MF) sob o nº 005.548.804-82, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado, a firma **NB SERVIÇOS GERAIS LTDA**, com sede na Rua Eurico Acyoli Wanderley, nº 69, Bairro Gruta de Lourdes, nesta cidade, estado de Alagoas, inscrita no CGC/MF sob o nº 40.911.117/0001-41, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Gerbert de Goes Barros, portador da C.I. nº 354.054 SSP/AL, inscrito no CPF/MF sob nº 240.722.904-59, vêm as partes, e na melhor forma de direito, acordar na prestação dos serviços adiante discriminados, com fundamento na Lei nº 8.666/93, sob o regime de empreitada por preço global, autorizado e ratificado nos autos do Processo nº 752, Cls. XVI, de 29 de agosto de 1997, ficando sujeita a **CONTRATADA** às normas previstas na lei nº 8.666/93, e, ainda, às Cláusulas firmadas neste **CONTRATO**, conforme segue:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a de Prestação de Serviços de Limpeza, asseio e conservação com fornecimento de materiais a ser executado no Edifício-sede deste Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no prédio da Secretaria de Informática deste Tribunal e nas dependências das 03 (três) Zonas Eleitorais desta Capital, envolvendo serviços de 02(dois) ascensoristas, 01(uma) copeira, 01(uma) telefonista, 01(um) garçom e 10 (dez) serviços e 01(um) artífice que tenha conhecimentos técnicos em hidráulica e elétrica.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A execução dos serviços objeto do presente contrato será realizada nos endereços abaixo relacionados e da seguinte forma:

No edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, situado na Praça Visconde de Sinimbu, S/Nº, Centro - Maceió-AL;

No Cartório Eleitoral da 1ª Zona, situado na Rua Francisco Amorim Leão, nº105 - Farol - Maceió-AL;

No Cartório Eleitoral da 2ª Zona, situado na Praça Raul Ramos, nº 01 - Poço - Maceió-AL;

No Cartório Eleitoral da 3ª Zona, situado na Rua Cláudio Manoel, nº235, Ponta Grossa - Maceió-AL;

No prédio da Secretaria de Informática do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, situado na Rua do Imperador, nº141, Centro - Maceió-AL e nos locais onde houver votação, apuração e totalização dos votos, nesta Capital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

2.2 Sem prejuízo da fiel observância, da contratação, da legislação trabalhista e das convenções coletivas de trabalho das categorias, especialmente no que pertine à jornada de trabalho, os serviços serão executados de segunda à sábado, nos seguinte horários:

2.2.1. de segunda-feira à sexta-feira: das 8h às 12h e das 14h às 18h;

2.2.2. aos sábados: das 8h às 12h.

2.3. Os serviços serão executados pela Contratada na frequência abaixo

discriminada:

2.3.1. DIARIAMENTE, QUANDO NÃO FOR DETERMINADO

OUTRO PERÍODO: remoção com flanela umedecida, do pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, adornos, caixilhos das janelas em esquadrias de alumínio, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc.; limpeza de cinzeiros das mesas e dos outros móveis situados nas áreas de uso comum, retirando, sempre que necessário, o pó neles existentes, remoção do pó existente nos capachos, tapetes e carpetes, mediante o uso do aspirador de pó; lavagem de bacias, assentos, e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia; varrição e lavagem das escadas de comunicação de emergência; varrição, com passagem de pano úmido e polimento dos balcões e pisos de mármore; varrição de pisos de cimento; limpeza do elevador com produtos adequados; limpeza com saneantes domissanitários dos pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia; reposição de papel toalha, papel higiênico e sabonete, nos sanitários, quando necessário; higienização dos telefones com produtos adequados; coleta e remoção do lixo duas vezes por dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, observadas as normas da Prefeitura Municipal e as orientações que forem dadas pelo contratante; reposição nos bebedouros das garrafas de água mineral, adquiridas pelo contratante, quando necessário; varrição das áreas destinadas à garagem e ao estacionamento e, remoção de mobiliário, divisórias, cortinas e equipamentos, de acordo com a necessidade do serviço, sempre que for requisitado.

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

2.3.2. SEMANALMENTE: vasculhamento de paredes e tetos; limpeza do piso com o afastamento dos móveis; limpeza, com produtos adequados, das divisórias e portas revestidas com fórmica; limpeza, com produto adequado das portas de madeira, vidro etc.; polimento do mobiliário envernizado com o produto adequado, passando flanela nos móveis encardados; limpeza, com produto apropriado, das forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; polimento dos metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.; limpeza dos espelhos com álcool, duas vezes por semana; limpeza, com pano úmido, dos quadros em geral; lavagem da face interna e externa das janelas com vidraças, portas de vidro e vidros em geral etc.; lavagem da copa, inclusive das paredes e remoção de manchas de paredes.

2.3.3. MENSALMENTE: limpeza completa das luminárias, limpeza de forros, paredes e rodapés; limpeza de cortinas, com aspirador de pó; limpeza e polimento de portas, grades, janelas de vidro, esquadrias de alumínio etc.; lavagem das áreas destinadas à garagem e ao estacionamento e uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

2.3.4. SEMESTRALMENTE: fazer vistoria dos equipamentos usados, principalmente os elétricos, providenciando imediatamente a troca daqueles nos quais se constatem eventuais falhas; limpeza da face externa dos vidros, com aplicação de produtos anti-embassantes, observando as normas pertinentes à segurança do trabalho e lavagem das caixas d'água dos prédios, removendo a lama depositada e desinfetando-as.

2.3.5. ANUALMENTE: lavagem das áreas acarpetadas e limpeza de calhas;

2.3.6. Os serviços acima especificados não excluem outros similares, que porventura se façam necessários para a boa execução das tarefas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de início de execução dos serviços será de 24 horas a partir da data de assinatura do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3. A CONTRATADA obriga-se:

3.1. Fornecer os Materiais e Equipamentos a serem utilizados:

3.2. O material, mínimo e necessário, a ser empregados na execução dos serviços ora propostos é o seguinte: a) saponáceos, desinfetantes à base de eucalipto, desinfetante líquido germicida, detergente líquido, sabonete sólido, desodorante para sanitários, limpa vidros, álcool, cera líquida incolor, limpador para inox, desodorizador de ar, lustra móveis à base de carnaúba, inseticidas, polidores de metal, removedor de manchas para carpetes e outros; b) toalha de papel (na cor branca), papel higiênico (folha dupla/picotado-branco), sacos plásticos com capacidade para 100 (cem) litros, sacos de limpeza para chão, flanelas, escovas, desentupidores de pias e vasos sanitários, espanadores, todos, vassouras específicas e esponjas de lã e de aço e luvas de borracha próprias para atividades insalubres.

3.3. Os equipamentos a serem utilizados dever ser de propriedade da contratada e encontrarem-se em adequadas e permanentes condições de funcionamento, sob pena de substituição por solicitação da COSEG. Serão necessários, no mínimo, aspiradores de pó grandes, enceradeiras do tipo industrial, escadas com 10 (dez) degraus, mangueiras com 50 (cinquenta) metros e máquinas de lavar carpete;

3.4 Esta enumeração não é exaustiva, de modo que fica resguardado à Administração do Tribunal o direito de solicitar a aplicação de outros materiais de limpeza, necessários à perfeita e completa execução dos serviços. Verificando-se que determinado produto de limpeza é de baixa qualidade, de modo a não atender a contento as necessidades do Tribunal, este poderá solicitar incontinenti sua imediata substituição;

3.5. executar os serviços com máximo de esmero e de forma constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências do Tribunal e dos Cartórios eleitorais e, ainda, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que, a juízo da COSEG, não forem julgados em condições satisfatórias, sem que caiba qualquer acréscimo no preço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

contratado, ainda que em decorrência se torne necessários ampliar o horário da prestação de serviços; ou de qualquer empregado para que haja a devida manutenção de seu acesso a este órgão.

3.6 fornecer, em quantidade e qualidade suficientes, o material de consumo, assim como qualquer equipamento e utensílio necessários à execução do serviço, substituindo imediatamente aqueles que não atenderem às necessidades do Tribunal;

3.7. dirigir, coordenar, fiscalizar e administrar a plena execução dos serviços, por intermédio de preposto, que permanecerá no local de trabalho em tempo integral, zelando pelo bom desempenho dos empregados;

3.8. reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

3.9. diligenciar para que seus empregados cumpram as normas internas deste Tribunal;

3.10. providenciar uniformes e crachás para os seus empregados, cujo uso será obrigatório, devendo os funcionários comparecer ao local de trabalho limpos e uniformizados, quando em serviço, bem como provê-los, quando necessário, dos equipamentos de proteção individual (EPI's);

3.11. substituir, a juízo deste Tribunal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer funcionário cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração;

3.12. providenciar, em caso de greve no sistema coletivo da cidade, o transporte dos empregados ao serviço;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

3.13. comunicar ao setor competente, previamente e por escrito, a substituição de qualquer empregado para que haja a devida autorização de seu acesso a este Órgão;

3.14. instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Tribunal;

3.15. durante a fase correspondente à apuração de votos nas eleições (1º e 2º turnos), executar nos locais onde estiverem instaladas as Juntas Eleitorais de Apuração da capital, os serviços de limpeza, desde que solicitado pelo TRE, no quantitativo de mão-de-obra necessária ao atendimento da programação dos serviços a ser elaborado antecipadamente pelo Tribunal, em estrita observância dos mesmos valores cotados na proposta para a respectiva categoria profissional;

3.16. a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não transferindo à Administração a responsabilidade pelo pagamento em hipótese alguma mantendo quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de profissionais que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o **CONTRATANTE**, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

3.17. responsabilizar-se por indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados ao Tribunal ou a terceiros, por seus empregados, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo em responsabilidade o acompanhamento pela **COSEG**;

3.18. fornecer ao fiscal do contrato, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Tribunal, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ter o contrato rescindido sem prejuízo de outras cominações legais e contratuais;